

**ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA
FACULDADE NOSSA SENHORA APARECIDA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

INGRID TEIXEIRA DE MELO SOARES SOUZA

O ENSINO DA GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Aparecida de Goiânia
2018/2

INGRID TEIXEIRA DE MELO SOARES SOUZA

O ENSINO DA GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL

O artigo científico apresentado à Faculdade Nossa Senhora Aparecida – FANAP, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, sob a orientação do professor Dr. Wellington Cardoso de Oliveira.

Aparecida de Goiânia
2018/2

TERMO DE APROVAÇÃO

O ENSINO DA GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL

INGRID TEIXEIRA DE MELO SOARES SOUZA

Este Artigo Científico foi apresentado no dia _____ como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, tendo sido avaliada e aprovada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes docentes:

Prof. Dr. Wellington Cardoso de Oliveira
Orientador (a) – FANAP

Profa. Ma. Carolina Machado Moreira
Leitor (a) - FANAP

Profa. Ma. Nilvânia Damas Silva Lima
Leitor (a) - FANAP

O ENSINO DA GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Ingrid Teixeira de Melo Soares Souza

RESUMO:

O presente artigo faz uma abordagem sobre a metodologia do ensino da Geografia e sua importância para as séries iniciais do Ensino Fundamental. Tendo como suporte teórico Callai (2005), Cavalcanti (1998) e Fantin (2013) entre outros autores que abordam de maneira clara o tema estudado. Investigou-se o que os autores especialistas apresentam sobre a geografia em seu contexto histórico, seu movimento de renovação, como essa disciplina é vista nos Parâmetros Curriculares Nacionais, além da Geografia como possibilidade de leitura de mundo, ressaltando a sua importância. Para a realização da pesquisa foi utilizada a pesquisa bibliográfica, que teve como objetivo destacar a importância do estudo da Geografia nas séries iniciais e como ela influencia na formação total do indivíduo e na sua compreensão de mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia. PCN's. Ensino Fundamental. Leitura de mundo.

1. Introdução

Esta pesquisa pretende abordar sobre a importância do ensino da Geografia do Ensino Fundamental I. Trata-se de um estudo sobre os processos envolvidos na construção do conhecimento geográfico, sendo a ciência geográfica constituída de teorias, conceitos e métodos referentes a um objeto de estudo. A Geografia estuda o espaço geográfico, abrangendo a escola local, regional, nacional ou global, numa perspectiva de associação.

O ensino da Geografia nas séries iniciais do Ensino Fundamental precisa ser compreendido como um articulador de ensino-aprendizagem na relação entre professor e aluno. Para Callai (2003, p. 36), "A Geografia não pode ser algo afastado ou desconexo com a realidade e o cotidiano do aluno." Principalmente nas séries iniciais, que é o período em que o aluno começa a relacionar o que vive no seu dia a dia, juntamente com as demais disciplinas trabalhadas na escola. Dessa

forma, expandem-se os sentidos, significados e relações no processo de ensino e aprendizagem, tanto para os alunos como para os professores. O interesse por esse tema surgiu através do Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental I fase, proporcionado pela Faculdade Nossa Senhora Aparecida – FANAP. A observação foi um fator determinante para a escolha desse tema, constata-se um problema que sucedia há décadas: o desentusiasmo da maioria dos alunos por essa disciplina.

Por este motivo, é comum se deparar constantemente com alunos que têm a Geografia como apenas mais uma disciplina na grade de horário escolar considerando que a mesma se reduz somente á memorização, sem fazer relação com as experiências vivenciadas por eles.

Assim, o ensino e a aprendizagem da Geografia se caracterizam pela utilização excessiva do livro didático, pela aplicação dos conteúdos mais conceituais que procedimentais como também pela utilização descontextualizada e estereotipada de cartas geográficas (CAVALCANTI, 1998, p. 36).

Esta disciplina nas séries iniciais é de grande valia para se formarem conceitos acerca de socialização, identidade, lugar, espaço, lateralidade, paisagem, natureza, meio ambiente, entre outros. Para a introdução do aluno no contexto social que a Geografia proporciona, cabe aos educadores exibir, de forma coerente, a Geografia em sala de aula e utilizar meios que possam contribuir na socialização dos conteúdos de forma que realizando este trabalho, o aluno se norteará de forma mais segura pelas concepções acerca desta matéria, proporcionado à formação cidadã dos educandos.

2. A Construção teórico-política da ciência geográfica e as repercussões sobre o ensino da Geografia

O saber geográfico não é novo, antes de ser oficializado, ou seja, antes de se tornar uma ciência do saber, a raça humana já se valia dele. O que atualmente chamamos de geografia é um saber elaborado desde a Antiguidade por homens que mapearam o planeta e anotavam um considerável levantamento de dados a respeito da superfície terrestre. A partir dos relatos dos primeiros viajantes, que não se afastaram muito do Mar Mediterrâneo, até as informações prováveis de ser obtido com as grandes navegações, esse conhecimento trouxe à luz as

particularidades materiais e culturais dos territórios e, com elas, os comportamentos de viver e de pensar de seus habitantes.

Para Fantin (2013), esses comportamentos de vida eram descritos pela forma como cada povo se relacionava com seu meio, como o modo de consumir, as técnicas de produção, as tradições culturais, de circulação, a organização política, entre outras. Todos esses aspectos esclareciam a configuração do espaço geográfico desses povos, como os diferentes meios, culturas, relações sociais etc.

Existem vários períodos sobre o desenvolvimento do pensamento geográfico. Contudo, a maioria dos estudiosos concorda que, só no final do século XIX, as circunstâncias históricas permitiram a oficialização da geografia como ciência moderna. Entende-se, assim, uma ciência bem jovem, pode-se dizer que o século XX foi um quadro dos primeiros passos científicos sentido à maturidade da geografia, na academia e na escola, a Geografia Clássica, para Andrade, o conhecimento geográfico pode ser dividido, aleatoriamente, em três períodos diferentes:

Um primeiro período em que pontificaram os institucionalizadores desta ciência, ao qual se seguiu outro de consolidação e de difusão do conhecimento geográfico, a que chamamos de período clássico, e em seguida, após a Segunda Guerra Mundial, teríamos o período moderno. (FANTIN 2013, p.37 apud ANDRADE, 1987, p.99)

Para esse autor, a geografia clássica teve início no final do século XIX e durou até meados do século XX. A concepção da geografia clássica foi criada de acordo com os interesses colonialistas do império francês e do império alemão.

No início do século XX, com a tendência expansionista do capitalismo, já se havia descoberto quase todo o globo terrestre. Colônias e ex-colônias já estavam adequadamente cartografadas e suas riquezas naturais catalogadas. O estudo dessas riquezas, recursos naturais explorados ou relacionados para vindoura exploração era necessário para a diversificação e crescimento da produção industrial. A geografia exercia, naquela época, uma função primordial, estratégica e política: inventariar e catalogar. Foi nessa conjuntura histórica (eurocêntrica) que a geografia oficializou-se como ciência e desenvolveu um quadro teórico para explicar como são elaboradas as variadas paisagens e as causas das diferenças profundas entre elas. O painel teórico geográfico, desenvolvido nesse período, foi quase tão repartido quanto o espaço mundial.

As primeiras teorias da geografia capazes de induzir o pensamento geográfico do ocidente foram desenvolvidas na Alemanha e na França. Os argumentos geográficos, alemão e francês, coincidiram com os interesses dos seus respectivos Estados. No contexto da França (país recém-unificado), era essencial que o discurso geográfico defendesse a necessidade de conquista de territórios coloniais e até mesmo de mais espaço na Europa. Segundo Ratzel (1990, *apud* FANTIN, 2013, p.39) “Por isso, a geografia alemã argumentava que, quanto mais civilizado um povo, mais intenso é o uso do meio”.

Ao Estado pertencia defender o território e lutar por mais espaço. Os êxitos territoriais eram, então, específicos dos povos civilizados em busca do espaço vital, condição da sucessão do progresso e, ao mesmo tempo, da expansão dos frutos da civilização. A geografia ligou o conceito de território, de caráter político, ao conceito científico de espaço vital. Na educação escolar, o conceito de território foi apontado por um viés político, que entendia como natural e inevitável o colonialismo. Tanto que esse tópico, colonialismo, não era indagado pelos livros didáticos do início do século XX, ao invés disso, era tratado com naturalidade.

No contexto da França, o pensamento geográfico tinha como fundamento a bandeira da neutralidade da ciência. Sua peculiaridade marcante foi o tom liberal, se diferenciando da escola alemã, incriminada de fazer da ciência um campo ideológico. Segundo a geografia francesa, a superfície terrestre divide-se em diferentes meios, cada um desses meios era constituído por uma série de fenômenos desencadeados por diferentes agentes.

O homem é considerado um dos agentes que agiam para mudar a superfície terrestre e as paisagens eram os resultados de todas as ações. A paisagem (meio) se constituía pelo relacionamento harmonioso dos elementos naturais (vegetação, relevo, clima, fauna, solo etc.), juntamente com o homem. Esse é um agente que, pode adaptar-se a essas condições naturais (em termos biológicos) e, por outro, dispõe dos elementos do meio em seu benefício, através de técnicas que é capaz de desenvolver. A paisagem possui um grande valor cultural e histórico, sendo um aspecto visível de um gênero de vida.

A geografia francesa ainda alegava que os diferentes grupos humanos possuem suas necessidades atreladas pela natureza e buscam nela os instrumentos para suprir essas necessidades. A natureza é variada na superfície terrestre, obrigando o ser humano a ser adaptar a ela, desenvolvendo técnicas,

hábitos, usos e costumes, que lhe permitiram utilizar. Desta maneira, a competência humana de se adaptar e transformar ficam limitados às condições relacionadas ao meio.

Portanto Fantin (2013) ressalta que a metodologia descritiva seria mais propícia para os estudos geográficos. Para isso, três características devem ser observadas. Primeiramente, quanto mais minuciosas as descrições das regiões geográficas, maior a caracterização do que é particular e do que pode ser aproximado ao que há em outras. O método descritivo empregado pelo pensamento geográfico fez da geografia uma ciência para içar dados e catalogá-los, funções estratégicas e políticas, que estavam em trabalho dos interesses capitalista do Estado colonialista daquele período histórico.

Em segundo lugar, a região, como elemento do estudo geográfico, fez-se um grande conceito de utilidade política, tanto para o gerenciamento do espaço nacional quanto a exploração colonial. E em terceiro lugar, a busca pela individualidade dos lugares criava a “região-personalidade”. A região demarcada adquiria personalidade e tornava-se sujeito. Essas supostas identidades regionais transformavam-se em dados e eram divulgados pelo ensino regular.

Fantin (2013) destaca que o saber geográfico definia algumas regiões como mais desenvolvidas e civilizadas, quantas outras eram tidas como primitivas atrasadas. Essa noção de região valeu de justificativa à ideia de que aos povos das áreas consideradas “mais desenvolvidas/civilizadas” competiria o direito, de explorar meios geográficos diferentes, afastados dos seus, beneficiando-se, também levando benefícios aos povos menos civilizados dessas regiões, em que o ser humano ainda não sabia como fazer o meio mostrar-se para si.

Nos currículos dos livros didáticos e no ambiente da sala de aula, a concepção de região marcou o ensino da geografia por várias décadas, com uma abordagem descritiva e compartimentada, compreendendo a região como um organismo independente, definido intrinsecamente pela relação entre fatores naturais e socioculturais próprios, como: vegetação, relevo, clima, hidrografia, origem étnica dominante, língua oficial, religião, países e capitais, portos etc. Juntamente dos principais produtos explorados pelo setor primário, gerados pelo secundário e da direção à eles dados.

Examinadas todas as particularidades de uma região, partia-se para a análise de outra, observando-se o primeiro conteúdo visto, aprendido e superado.

O ensino reconheceu o mesmo conteúdo da pesquisa: estudar o espaço compartimentado, um fragmento de cada vez, como se a junção deles possibilitasse a compreensão do todo. Além do que, o pensamento da geografia clássica cumpriu, no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, uma função política bastante importante que foi o de exaltar as grandezas naturais do território brasileiro e colaborar com a construção do nacionalismo brasileiro.

2.1 O Movimento de Renovação da Geografia

A renovação do pensamento geográfico surgiu após a Segunda Guerra Mundial e continua até a época atual. Essa renovação está relacionada às modificações políticas, econômicas e tecnológicas que alteraram as relações socioespaciais em todas as escalas. Esse contexto não era uma regalia brasileira, ele valia para o mundo todo. Para Vensentini, (1995, p. 20)

Com a evolução tecnológica, a descolonização, as alterações na divisão internacional do trabalho, em sua, com a reprodução em nível mundial da relação capital/trabalho assalariado, o espaço continente (cartografável, concreto, contínuo...), objeto por excelência das descrições e explicações geográficas, perdeu sua importância (inclusive ideológica). O espaço mundial de hoje é descontínuo, limitado pela economia ou pela política meras descrições.

Vesentini (1995) percebe esse período histórico como resultado da alteração do papel do Estado-Nação. Para ele, o aparente abalo do Estado diante dos interesses de mercado do capital nacional e o nascimento de “Estados Supranacionais” foram fatores que modificaram a função social da geografia e estimularam uma crise na escola e na geografia. Tal crise, segundo autor, direcionou a três rumos distintos.

O primeiro foi o da especialização, visto que a geografia tradicional, compartimentada, descritiva, não conseguia mais explicar as mudanças ocorridas no meio. A primeira saída foi à procura de especialização nos variados ramos geográficos. Nasceu os especialistas em geomorfologia, biogeografia, climatologia etc. Essa especialização radical aprofundou a compartimentação e quase levou ao término da geografia. Nos sumários de alguns livros didáticos de geografia mais antigos, encontraremos capítulos inteiros voltados à classificação climática do

planeta, a formação geológica dos continentes, à geomorfologia, à astronomia, entre outros.

Fantin (2013) aponta o segundo trajeto da renovação foi o da geografia utilitária e do planejamento, onde se destacou a chamada geografia quantitativa, que se ligava com a matemática e, por meio dos números, levantava dados estatísticos sobre a sociedade e a natureza. Essas informações englobam número de habitantes, taxas de natalidade, densidade demográfica, emprego, desemprego, natalidade, dados relativos à saúde, moradia, transporte, educação, comunicação, dentre outros.

Fantin (2013) aponta que, no ambiente escolar, a quantificação e a estatística passaram a aparecer, progressivamente, nos livros didáticos em alguns temas por eles abordados. Porém, os dados numéricos eram apresentados sem discussão sobre seus significados sociais e econômicos, ou seja, eram mais um grupo de dados que os alunos deveriam memorizar, não sugeriam discussões.

Para Fantin (2013) a partir da década de 1960, a conjuntura histórica mundial chamou as ciências humanas para novas reflexões, surgindo o terceiro caminho de renovação do pensamento, à geografia crítica, que entende o espaço como social, erguido historicamente, cheio de lutas e conflitos sociais, provocando debate político, econômico e social, a princípio para conceitos de região, sociedade e natureza, mas a frente passou a ressignificar e aprimorar os conceitos de paisagem, lugar e território. Sugerindo assim, uma reflexão crítica sobre o espaço geográfico.

Após o quadro teórico da geografia clássica, a expressão da geografia crítica foi o que mais profundamente atingiu a escola. Na década de 1970, seu quadro teórico conceitual começou a chegar às escolas com bastante euforia, porém pouca clareza, o conceito geográfico chave para a geografia crítica é o espaço. De maneira inicial, o espaço era compreendido como um refúgio de contradições sociais, um reflexo da sociedade. Oferecendo dessa forma, a geografia como uma posição de ciência secundária, derivada da história e da sociologia. Mais adiante nas discussões sobre o conceito de espaço, a geografia crítica atribuiu um novo significado ao quadro conceitual dessa ciência e inseriu nele o conceito de sociedade.

Fantin (2013) ressalta que o conceito de paisagem foi, a princípio, colocado em segundo plano pela geografia crítica, pois se considerava que a maneira como

a geografia clássica a definiu em nada contribuía para uma análise dialética do espaço. A noção de paisagem ficava limitada á observação e á descrição dos aspectos visíveis do espaço geográfico, mostrando como se dava as relações do homem com o meio nas diversas áreas do planeta, caracterizando e diferenciando as. A paisagem da geografia clássica presumia uma partição metodológica entre sociedade e natureza, por esse motivo esse conceito foi abandonado pela geografia crítica. Só foi reformulado há pouco tempo, quando o processo de globalização trouxe uma necessidade inegável de revisão de todas as reflexões anteriores sobre o espaço geográfico.

A noção de região, inicialmente sem utilização pela geografia crítica, foi recuperada com a evidência de que fenômenos como a acumulação, a mais-valia e as forças produtivas só podem ser entendidas numa escala global de que cada porção do planeta participa dessa totalidade. Dessa forma, o conceito de região ressurgiu nos anos de 1980, com a intitulação de áreas de desenvolvimento espacial desigual e combinado.

Fantin (2013) chama atenção para os livros didáticos publicados na segunda metade dos anos de 1980, que os estudos regionais recebiam abordagens diferentes das atuais. Naquele período, ainda coexistiam no mercado livros de geografia com enfoque clássico e os primeiros com enfoque crítico. Do mesmo modo, os conceitos de natureza e de sociedade recebiam focos diferentes nas duas propostas teóricas mencionadas.

Nos livros didáticos com evidência clássica, os continentes eram apresentados aos alunos a partir de seus aspectos naturais originais (vegetação, clima, hidrografia e relevo). Não eram mencionadas as ações humanas sobre o quadro natural e competia ao aluno memorizar da natureza presentes nos diferentes continentes, mesmo que eles já estivessem integralmente modificados. O conceito de sociedade não era desenvolvido nestes livros. No máximo mencionavam á população dos continentes, suas características étnicas e quantitativas.

Já nos livros com enfoque crítico, Fantin (2013) aponta a relação da sociedade/natureza era o foco principal, as abordagens dos conteúdos favoreciam as análises de como o modo capitalista de produção levava a modificação do quadro natural original até chegar ao atual espaço geográfico, resultado de uma construção histórica. Nesse contexto, o espaço e paisagem revelam não apenas

explorações da natureza feita pelo homem, como também as explorações de uma classe social sobre a outra.

A revisão conceitual da geografia crítica ficou inacabada por alguns anos, infelizmente. Por um longo período a geografia crítica soube criticar como se trabalhava os conceitos de região, paisagem, mas retardou a reelaboração, e essa é um atividade continua, sob pena de se perder o curso da história. O período denominado globalização, afetou os conceitos e categorias com os quais a geografia trabalha. A queda do muro de Berlim e o fim do socialismo marcaram uma nova ordem mundial, a difusão das empresas multinacionais e sua intensificação no final dos anos de 1980 e início dos anos 1990. As mudanças de ordem financeira e produtiva, criadas pelo avanço tecnológico de comunicação e informação, levavam a desterritorialização do capital. O fortalecimento do capital e do mercado.

Fantin (2013) aponta que todas essas transformações colocaram em questão a necessidade da discussão do quadro conceitual da geografia. A geografia crítica ainda via com desconfiança os conceitos de paisagem, região e lugar, pois as relações mundiais globalizadas ofertavam a eles uma resignificação e faziam aparecer outras discussões – sobre território, soberania, política e Estado-Nação etc. Tal revisão conceitual, truncada na linha crítica da geografia, está presente na escola desde os anos de 1990 e, ainda que esteja misturada por outras tendências teóricas, está de alguma forma contemplada nos livros didáticos e nas práticas pedagógicas dos professores. Porém, o discurso da geografia crítica permanece na escola.

3. Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) alegam que o objetivo principal da geografia escolar é formar cidadãos para refletir sobre o espaço geográfico e atuar de maneira a exercer a plena cidadania. Para aprimorar o ensino de Geografia, foram realizados nos PCN de Geografia terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental (2001, p.35), sugestões que visam, ao longo de oito anos do ensino fundamental, que os educandos componham um conjunto de conhecimentos no que diz respeito a conceitos, procedimentos e atitudes, lhes permitindo ser hábeis de:

- Conhecer o mundo atual em sua diversidade, favorecendo a compreensão, de como as paisagens, os lugares e os territórios se constroem;
- Identificar e avaliar as ações dos homens em sociedade e suas consequências em diferentes espaços e tempos, de modo que construa referenciais que possibilitem uma participação propositiva e reativa nas questões socioambientais locais;
- Conhecer o funcionamento da natureza em suas múltiplas relações, de modo que compreenda o papel das sociedades na construção do território, da paisagem e do lugar;
- Compreender a espacialidade e temporalidade dos fenômenos geográficos estudados em suas dinâmicas e interações;
- Compreender que as melhorias nas condições de vida, os direitos políticos, os avanços tecnológicos e as transformações socioculturais são conquistas ainda não usufruídas por todos os seres humanos e, dentro de suas possibilidades, empenhar-se em democratizá-las;
- Conhecer e saber utilizar procedimentos de pesquisa da Geografia para compreender a paisagem, o território e o lugar, seus processos de construção, identificando suas relações, problemas e contradições;
- Orientá-los a compreender a importância das diferentes linguagens na leitura da paisagem, desde as imagens, música e literatura de dados e de documentos de diferentes fontes de informação, de modo que interprete, analise e relacione informações sobre o espaço;
- Saber utilizar a linguagem gráfica para obter informações e representar a espacialidade dos fenômenos geográficos;
- Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a sociodiversidade, reconhecendo-os como direitos dos povos e indivíduos e elementos de fortalecimento da democracia (PCN – Introdução, p. 35).

A geografia desenvolve uma linguagem, uma estrutura conceitual que a reconhece, e ao mesmo tempo em que oferece condições para a observação dos fenômenos do ponto de vista geográfico, seja como ciência ou matéria de ensino. (CAVALCANTI, 1998). Essa estrutura conceitual também é matéria de ensino na escola, e em relação a isto os PCN informam:

No que se refere ao ensino fundamental, é importante considerar quais são as categorias da Geografia mais adequadas para os alunos em relação a essa etapa da escolaridade e às capacidades que se espera que eles desenvolvam. Assim, espaço deve ser o objeto central de estudo, e as categorias território, região, paisagem e lugar devem ser abordadas como seu desdobramento. (BRASIL, 1998. p. 27)

Nesse contexto, quando se refere à importância do conceito de espaço no ensino de geografia, Cavalcanti (1998, p.24) argumenta que o ensino da disciplina deve “visar ao desenvolvimento da capacidade de apreensão da realidade do ponto de vista da sua espacialidade. Isso porque se tem convicção de que a prática da cidadania, sobretudo nesta virada de século, requer uma consciência espacial”. A

autora ressalta ainda a necessidade de relacionar os temas do cotidiano do aluno aos conceitos científicos da Geografia:

Para cumprir os objetivos do ensino de Geografia, sintetizados na ideia de raciocínio geográfico, é preciso que se selecionem e se organizem os conteúdos que sejam significativos e socialmente relevantes. A leitura do mundo do ponto de vista de sua espacialidade demanda a apropriação, pelos alunos, de um conjunto de instrumentos conceituais de interpretação e de questionamento da realidade socioespacial. (CAVALCANTI, 1998, p. 25)

Assimilar as ações do espaço geográfico é um dos essenciais objetivos do ensino de geografia. Contudo, para melhor entendê-los é significativo ter a dimensão das outras categorias da geografia, principalmente para tratar dos diversos fenômenos nas mais variadas escalas. Mediante a isso, Callai (2009, p.83-84) aponta:

Ao estudar o espaço geográfico, a delimitação do mesmo é um passo necessário, pois o espaço é imenso, planetário, mundial. O que ele/nele estudar? Para dar conta da delimitação deve-se fazer a referência à escala social de análise, que, em seus vários níveis, encaminha a recortes que elegem determinada extensão territorial. Estes níveis são o “local, o regional, o nacional, o global”. As regras podem ser gerais, os interesses universais, mas concretamente se materializam em algum lugar específico. (CALLAI, 2009, p.83-84).

Em outra produção, Callai argumenta que o conceito de lugar pode ser um ponto de partida para entender o espaço, e desta maneira afirma que:

O conceito de lugar é importante no estudo de geografia e para estudar o lugar é fundamental refletir sobre qual o significado do espaço na vida das pessoas e das sociedades em geral, aceitando que o espaço é construído e é resultado de toda a vida que ali existe, seja vida decorrente apenas da natureza, seja decorrente das formas de organização e distribuição dos homens e das relações destes com a natureza. (CALLAI, 2013. p. 93)

Diante dessas diversificadas concepções, é fundamental destacar os variados elementos, sociais e naturais, compreender suas diferenças, as causas e consequências dos fenômenos que a transformam, as relações sociais, econômicas, políticas, culturais produzidas no espaço geográfico.

Para Callai (2009), a aprendizagem da disciplina de geografia requer determinadas habilidades, por exemplo, para fazer uma leitura clara de mapas é

necessário aprimorar a capacidade de representação do espaço, ou seja, consiste em trabalhar com escalas, fazer leitura de legendas e compreender seus significados. Por isso, a ideia de aprendizado por procedimentos. Para que essas habilidades se desenvolvam a autora argumenta que “o aluno necessita ter desenvolvido a orientação, a lateralidade, o sentido de referência em relação a si próprio e em relação a outros, o significado de tamanho e distancias”. É nas séries iniciais que tais elementos devem ser aprendidos, integrando conteúdos conceituais e procedimentais.

A aprendizagem de conteúdos procedimentais requer do professor, muito além das aulas expositivas, é incentivar a ação do aluno, desempenhando tarefas para que o façam tomar posse do conceito e desenvolver habilidades de utilizá-lo em uma ação específica. Aplicando ação nas mais variadas situações, para assegurar a aprendizagem, e de fato a utilização, uma ação compreendida pode ser realizada em determinada condição, o que não garante que será em outra, por isso a necessidade de ser praticada em diferentes contextos. Sobre os conteúdos procedimentais no ensino de Geografia, os PCN orientam:

É fundamental, assim, que o professor crie e planeje situações de aprendizagem em que os alunos possam conhecer e utilizar os procedimentos de estudos geográficos. A observação, descrição, analogia e síntese são procedimentos importantes e podem ser praticados para que os alunos possam aprender a explicar, compreender e representar os processos de construção dos diferentes tipos de paisagens, territórios e lugares. Isso não significa que os procedimentos tenham um fim em si mesmos: observar, descrever e comparar servem para construir noções, espacializar os fenômenos, levantar problemas e compreender as soluções propostas. Enfim, para conhecer e começar a operar os conhecimentos que a Geografia, como ciência, produz. (BRASIL, 1998. p. 30)

Por isso se faz necessário estar alerta, para que a prática em sala de aula proporcione o desenvolvimento dessas habilidades no aluno, que são importantes para a aprendizagem de Geografia, para a leitura do espaço, e para trazer uma educação pautada na formação cidadão.

Os chamados conteúdos atitudinais, talvez sejam os mais árduos de ensinar e observar se foram aprendidos/compreendidos pelos alunos, estes são mais amplos, vão além do ambiente escolar. Segundo Zabala (1998), esses conteúdos podem ser fragmentados em diferentes grupos, são eles: valores, atitudes e normas. Podem parecer conteúdos desconexos ou distintos, mas estão intimamente ligados um ao outro.

Para o autor valores são entendidos como “princípios ou as ideias éticas que permitem às pessoas emitir juízo sobre as condutas e seu sentido” (ZABALA, p.46), sendo assim, é possível classificar o aprendizado de valores, refletindo que “se adquiriu um valor quando este foi interiorizado e foram elaborados critérios para tomar posição frente àquilo que deve se considerar positivo ou negativo, critérios morais que regem a atuação e avaliação de si mesmo e dos outros”, logo, ficam na esfera da cognição. (ZABALA, 1998. p. 47).

Já o campo das atitudes, está ligado à maneira de agir frente determinada situação, para Zabala (1998. p46) “as atitudes são tendências ou predisposições relativamente estáveis das pessoas para atuar de certa maneira” segundo os valores que tem. Conseqüentemente, “aprendeu-se uma atitude quando a pessoa pensa sente e atua de uma forma mais ou menos constante frente ao objeto concreto a quem dirige essa atitude” (Ibidem. p.47).

Ao mesmo tempo em que as normas, são mais diretas e descomplicadas de se considerar na prática escolar, de acordo com Zabala (1998.p.46) “são padrões ou regras de comportamento que devemos seguir em determinadas situações que obrigam a todos os membros de um grupo social”. Neste sentido, acatamento dela indica aprendizagem. É relevante ressaltar que:

“todos esses conteúdos estão estreitamente relacionados e têm em comum que cada um deles está configurado por componentes cognitivos (conhecimentos e crenças), afetivos (sentimentos e preferências) e condutuais (ações e declarações de intenção)” (ZABALA, 1998. p.47).

Contudo, para o educador é um enorme desafio considerar na sua prática o ensino de conteúdo atitudinais. Sendo assim, o autor afirma:

a aprendizagem dos conteúdos atitudinais supõe um conhecimento e uma reflexão sobre os possíveis modelos, uma análise e uma avaliação das normas, uma apropriação e elaboração do conteúdo, que implica a análise dos fatores positivos e negativos, uma tomada de posição, um envolvimento afetivo e uma revisão e avaliação da própria atuação. (ZABALA, 1998.p.48)

É preciso compreender que essa tarefa não cabe especificamente a uma só disciplina, compete à geografia colaborar para a formação por viés do seu modo

conceitual, dentro das margens do seu objeto de estudo, o espaço geográfico, onde abre uma gama de opções para que os conteúdos atitudinais possam ser compartilhados.

3.1 O ensino da Geografia como possibilidade de leitura de mundo

A alfabetização cartográfica se manifesta como um dos processos básicos para o conhecimento da Geografia, Callai (2005) salienta que a alfabetização deve acontecer no início da escolarização, considerando sua enorme importância para o processo ensino e aprendizagem na geografia. A leitura do espaço por intermédio da linguagem cartográfica proporciona que a criança represente o seu espaço vivido, sua trajetória e a leitura que ela faz do mundo que a cerca, colaborando assim, para uma melhor compreensão de sua realidade e permitindo um ensino de geografia mais expressivo com maior significado.

A leitura das representações gráficas realizadas pelas crianças acaba por tornar o mundo em que vivem como um livro, por meio do domínio da linguagem cartográfica. É possível ter acesso, desta forma, quando se determina a possibilidade de ler o espaço através dos mapas, o ensino de geografia torna-se mais expressivo. Dado que quando se faz a leitura do espaço real e concreto, se julga possível realizar uma leitura da representação desse mesmo espaço. Sendo assim, o uso da alfabetização cartográfica torna-se uma ilustre ferramenta para entendimento do mundo, além dos números e letras como forma de linguagem, é necessário introduzir no dia a dia do aluno a linguagem cartográfica.

Por isso, Castellar (2005, p.45) nos traz como entendimento que “a cartografia, é uma linguagem e um sistema de código de comunicação imprescindível em todas as esferas da aprendizagem em Geografia, articulados fatos, conceitos e sistemas conceituais que permitem ler e escrever características do território”. Deste modo uma alternativa metodológica a ser aplicada pelo professor de grande significância para as séries iniciais do ensino fundamental, estimulando os educandos a perceber e representar o seu espaço.

A concepção de lugar, percebido como uma das categorias de estudo da ciência geográfica, é um dos mais relevantes para a percepção da leitura do espaço realizado pela criança. O lugar é o espaço de grande relação entre criança, pessoas e objetos que ali convivem com ela, permitindo uma inter-relação a partir

da experiência de vida concreta e dos atos realizados por portar uma história é um sentimento de pertencimento. Assim, ler o espaço partindo do lugar da experiência de vida torna-se um desafio e um olhar ao ensino da geografia nas séries iniciais do Ensino Fundamental, concebendo um processo de ensino e aprendizagem mais intenso. Nesse cenário, Callai (2013) nos leva a meditar afirmando:

Quer dizer, não é a escola simplesmente cumprindo conteúdos curriculares, mas desenvolvendo atividades que tornem o sujeito capaz de conhecer para mudar. E, principalmente, encontrar os caminhos para mudar, pois estamos vivendo em um mundo que precisa ser conhecido e compreendido, não pelo lugar em si, mas no conjunto em que cada lugar se contextualiza. (CALLAI, 2013, p. 57).

Compreendemos assim, que os indivíduos passam a ser personagem principal da sua própria história atuando na composição do espaço no qual estão inseridos, tendo como pilar o lugar de experiência de vida em conexão com o mundo. Por conseguinte, seja pela introdução da cartografia, seja a introdução do entendimento de lugar, demanda levar os educandos a desenvolver um conhecimento mais enérgico.

É na etapa da alfabetização, do domínio e uso da linguagem escrita, do uso dos números, do saber contar, diminuir, somar. Afirma-se que é nessa etapa onde o aluno aprende a ler, escrever, fazer contas, é o próprio mecanismo para o processo de socialização. Segundo Callai (2002, p.56), “socialização entendida aqui como o processo de conhecer a si mesmo dentro do mundo, no seu tempo e no seu espaço, que são sociais acima de tudo.”

Nesse estágio a criança está se abastecendo dos instrumentos necessários para a sua vida. Os estudos sociais trazem objetivo, finalidade do período de aprendizagem, a partir dele podem ser desenvolvidas as demais atividades, num todo, que abra os caminhos do conhecimento para o aluno, sem ficar parcelando as atividades, como se a vida ou o mundo fossem fragmentos separados.

Callai (2002) ressalta que é preciso esforço para avançar, para superar os problemas que observamos cotidianamente, tais como, trabalhar com heróis, os fatos, as datas, os festejos, descreverem lugares. Isso não é conteúdo de Estudos Sociais, nem de geografia. Nessa visão, o conteúdo não pode ser cultivado de forma linear, como se um espaço, um tempo ou uma situação procedessem ou

sucedessem outros de forma mecânica. Por que dividir tudo para que a criança aprenda? Os fatos que ocorrem envolvendo pessoas, grupos ou a sociedade, todos estão localizados em um espaço delimitado e em um tempo definido, e isto deve ser assimilado de forma crítica. Entender o que acontece e não apenas aceitar passivamente. O professor necessita ter a transparência dos objetivos que deseja alcançar com seus alunos e a partir daí considerar as situações de aprendizagem aproveitando o conteúdo que é a própria vida. Sendo assim,

“o conteúdo que é a própria vida, vem sendo construído desde a própria casa, na família, nas brincadeiras de rua. À escola, nas séries iniciais, cabe organizar esse conhecimento, através da formalização das informações que o aluno já possui.” (CALLAI, 2002, p.57).

As séries iniciais são o início da vivência de socialização em um grupo formal, organizado fora da criança e por motivos exteriores a ela. Se o aluno tem de conhecer sua vida dentro desse grupo, de maneira formal, desenvolvendo a aprendizagem de certos aspectos da vida, não pode abandonar a vivência que ele tem fora da escola e aquela dos anos que antecedem a alfabetização (dentro e fora da escola).

De acordo com Callai (2002), o aluno vem realizando a construção da sua vida com valores e conteúdos que alicerçam a vida de sua família e dos grupos que lhe são mais próximos. A escola não pode ignorar a diversidade dos alunos, mas deve ter como hipótese a existência de um “pano de fundo” onde estão citados os variados projetos de vida e que este está sendo dado pela sociedade em que vivemos posicionada num determinado espaço e num determinado tempo.

Aparenta então que o ponto básico em Estudos Sociais nas séries iniciais é fazer com que o aluno entenda o que é “seu viver”, compreendendo a sociedade em que vive, conhecendo o espaço que está sendo construído por essa sociedade, e o período em que vivemos e que está avançando a trajetória de vida da população em geral e de cada família, grupo ou pessoa individualmente. Esse espaço erguido e esse tempo vivenciado em determinado momento precisam ser compreendidos não apenas em si, mas no sentido de que estão cheios de passado e ao mesmo tempo fertilizando o futuro.

Os objetivos da geografia no período escolar devem propiciar ao aluno: vivenciar o espaço em que vive, identificar o mundo que o rodeia assimilar as

relações sociais em que estão envolvidos (ele próprio, seus amigos, sua família): compreender como se apresentam (a organização do espaço, as relações sociais, a diferença em classes sociais etc.). Conhecer a história, os processos característicos dessas situações, compreender o caminho que percorrem os pais os familiares e outras pessoas próximas para chegar ao que são hoje em dia; compreender por que o acesso à terra (para morar e/ou trabalhar) é diferenciado entre homens e mulheres.

Callai (2002) afirma que para atingir esses objetivos, o trabalho a partir do aluno é o caminho mais harmonioso, entendendo como é o meio em que vive como é a sua história. Porém deve-se estar atento para não elevar demais a própria particularidade, não vivemos sozinhos no espaço e sim oposto, a própria vida é consequência de uma construção socializada e socialmente compartilhada, embora isso não signifique igualdade na prática do cotidiano.

Desse modo o homem deve ser visto não de forma abstrata, desconexo da realidade em que vive, mas sim introduzido na sociedade. É o cidadão que tem deveres e direitos com a própria sociedade, e a sociedade também de ter ser entendida na sua real proporção, não abstrata, afastado do aluno, mas concreta, situada em determinados espaço e tempo. Portanto, Callai aponta que:

É extremamente importante, nesse sentido, estudar o real e não o imaginário, o idealizado. O meio em que o aluno vive é rico em possibilidades de exploração, de desenvolvimento de atividades, por isso deve-se sempre ter o real, o que de fato existe, como ponto de partida do estudo, e não situações supostamente existentes. (CALLAI, 2002, p.64)

Entendemos assim, que o ambiente onde o aluno se situa é abundante em alternativas de exploração para o desenvolvimento de variadas atividades, portanto, há necessidade de sempre ter o real como base, o que de fato existe, e não circunstâncias hipoteticamente existentes.

3.2 A Importância do Ensino de Geografia

Estudar geografia é uma porta de entrada para a compreensão do mundo em que se vive, e das ações da sociedade sobre o planeta. Esta educação colabora para a formação de conceito sobre identidade, evidente em diferentes

formas: na percepção da paisagem que vai ganhando significado a partir da observação, notando dessa forma a coletividade e os indivíduos, nas relações com os lugares vividos, com os costumes sociais, em nossa identidade cultural e na percepção que somos sujeitos da história, diferentes uns dos outros, e seguros das nossas diferenças.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um composto de direções, é uma política de Estado para referência nacional que determina os objetivos a ser obtidos, a BNCC determina nas competências e habilidades que devem ser alcançados pelos componentes do currículo. Na prática, ela aponta a necessidade do aluno colocar em ação o saber utilizar os conhecimentos obtidos no ambiente escolar, para interpretar o seu cotidiano, respeitando os princípios, os valores, os direitos e a justiça. Promovendo não somente o desenvolvimento intelectual, mas o físico, o social, cultural e emocional, ou seja, uma educação integral.

Nesse sentido, a BNCC está constituída com base nos principais conceitos da Geografia contemporânea. O espaço é o conceito mais extenso e complexo da Geografia, contudo se faz necessário que os alunos dominem outros conceitos mais operacionais e que manifestam aspectos diferentes do espaço geográfico: território, lugar, região, natureza e paisagem. Por isso, o componente Geografia foi dividido em cinco unidades temáticas ao longo do ensino fundamental, em um avanço para as habilidades.

A primeira unidade temática na BNCC (2018, p.360) “O sujeito e seu lugar no mundo”, focalizam-se as noções de pertencimento e identidade, expandindo as experiências com o espaço e o tempo experimentadas por elas através de jogos e brincadeiras. A segunda temática BNCC (2018, p.360) “Em Conexões e escalas”, a atenção está na articulação de diferentes espaços e escalas de análise, possibilitando que os alunos compreendam as relações existentes entre fatos nos níveis local e global, apresentando as estruturas das paisagens, a localização e os diferentes fenômenos e objetos técnicos.

Na terceira temática “Mundo e Trabalho” BNCC (2018, p.361) abordam-se “os processos e as técnicas construtivas e o uso de diferentes materiais produzidos pelas sociedades em diversos tempos”, possibilitando ao aluno compreender as transformações que ocorreram no mundo do trabalho nos mais diversos tempos, escalas, períodos históricos e sociais. Na quarta unidade temática da BNCC (2018, p.361) “Formas de representação e pensamento espacial, além da ampliação

gradativa da concepção do que é um mapa e de outras formas de representação gráfica, são reunidas aprendizagens que envolvem o raciocínio geográfico”, nessa fase espera-se que os alunos tenham competências para ler e elaborar mapas e gráficos, dando início a alfabetização cartográfica, sabendo entender diferentes representações como esquemas, fotografias, mapas, imagens de satélite entre outros.

O quinto e último eixo temático da BNCC (2018, p.362) “Natureza, ambientes e qualidade de vida, busca-se a unidade da geografia, articulando geografia física e geografia humana, com destaque para a discussão dos processos físico-naturais do planeta Terra”, proporciona ao aluno percepções do meio físico natural e seus recursos, e de como as transformações humanas interferem no meio físico e natural, tanto no contexto rural como urbano.

Conseqüentemente, torna-se indispensável o ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nessa concepção, Callai (2005) sugere uma reflexão em relação ao mundo ao qual estamos inseridos e alteramos frequentemente e declara que:

Uma forma de fazer a leitura do mundo é por meio da leitura do espaço, o qual traz em si todas as marcas da vida dos homens. Desse modo, ler o mundo vai muito além da leitura cartográfica, cujas representações refletem as realidades territoriais, por vezes distorcidas por conta das projeções cartográficas adotadas. Fazer a leitura do mundo não é fazer uma leitura apenas do mapa, ou pelo mapa, embora ele seja muito importante. É fazer a leitura do mundo da vida, construído cotidianamente e que expressa tanto as nossas utopias, como os limites que nos são postos, sejam eles do âmbito da natureza, sejam do âmbito da sociedade (culturais, políticos, econômicos). (CALLAI, 2005, p.228).

Desta maneira, surge a importância da geografia escolar, com seu papel de conceder a compreensão do mundo, que requer ser compreendido pelo educandos nos anos iniciais do ensino fundamental.

[...]. Portanto, a contribuição da geografia no nível inicial do ensino, no qual a criança passa pelo processo de alfabetização, não se dá como acessória, mas como um componente significativo (assim como as demais áreas) na busca do ler e do escrever. Ao ler o espaço, a criança estará lendo a sua própria história, representada concretamente pelo que resulta das forças sociais e, particularmente, pela vivência dos seus antepassados e dos grupos com os quais convive atualmente. (CALLAI, 2005, p. 237).

Portanto, a geografia possui grande importância nas séries iniciais, pois com ela é possível desenvolver o pensamento geográfico, estimular o raciocínio para representar e interpretar o mundo em constante modificação e relacionar os participantes da sociedade e da natureza. Embora, seja fundamental garantir o apoderamento de conceitos para domínio dos conhecimentos verdadeiros e para o exercício da cidadania.

4. Considerações finais

Percebe-se que o ensino da geografia assumiu diferentes perspectivas no decorrer dos anos, perpassando as mais variadas concepções, sendo elas, clássica ou crítica. Contribuindo com inúmeras descobertas que só foram possíveis graças a esta magnífica ciência do saber, desta forma, trouxe (re) significado ao ensino de geografia nas séries iniciais do ensino fundamental.

Compreendemos também que através da geografia construímos referenciais metodológicos, e que uma metodologia adequada faz toda a diferença na relação ensino e aprendizagem desta disciplina, que através dela podemos realizar um ensino mais atrativo ao aluno, para que ele venha conhecer e reconhecer enquanto cidadão ativo e participativo na construção do espaço em que habita. Por isso, o ensino da Geografia não deve ser algo afastado da realidade do educando, em especial nas séries iniciais onde o aluno inicia a relação do seu cotidiano juntamente com a disciplina trabalhada no ambiente escolar, por isso a necessidade saber ligar os conceitos cotidianos com os conceitos científicos.

Ao trabalhar os conceitos metodológicos de espaço/tempo/grupo possibilitamos um ensino geográfico mais contextualizado, efetivo e de fato integrador, esta disciplina contribui para a formação de sujeitos críticos, para o exercício da cidadania e a criação de espaço um geográfico mais humanizado, por isso a geografia pode e deve ser considerada uma disciplina cidadã.

Referências bibliográficas:

BRASIL, SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais do terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental. MEC/SEF, Brasília, 2001.

CALLAI, Helena Copetti. **O ensino em estudos sociais**. Editora: Injuí, 2002.

BRASIL, SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros Curriculares Nacionais: geografia. MEC/SEF, Brasília, 1998.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, escolar e construção de conhecimentos**. Campinas (São Paulo): Papirus, 1998.

VESENTINI, José W. **Geografia e ensino: textos críticos**. Campinas: Papirus, 1995.

BRASIL. Secretaria de Educação Ambiental. Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia. Brasília: MEC, 1997.

FANTIN, Maria Eneida; TAUSCHECK, Neusa Maria; NEVES, Diogo Labiak. **Metodologia do Ensino de Geografia**. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2013.

<http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA3_ID8066_17082016211436.pdf> Acesso em: 02 de novembro de 2018.

Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia/Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 2001;

CALLAI, Helena. Estudar o lugar para compreender o mundo. In.: CASTROGIOVANNI, Antonio. Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano. 7ed. Porto Alegre. Editora Mediação, 2009.

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre. Artmed, 1998.

ZABALA, Antoni. ARNAU, Laia. Como aprender e ensinar competências. Porto Alegre. Artmed, 2010.

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf> Acesso em 21 de novembro de 2018.

CALLAI, Helena. Estudar o lugar para compreender o mundo. In.: CASTROGIOVANNI, Antonio. Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano. 7ed. Porto Alegre. Editora Mediação, 2009

|

|